

Imprensa e preconceito: a relação entre favela e celebridades no mundo do crime

Press and prejudice: the relationship between slum and celebrities in the world of crime

Carla Baiense Felix | Universidade Federal Fluminense

Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da UFF. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Juventude e Mídia: Usos e apropriações em contextos de Convergência, certificado pelo CNPQ. Jornalista e Doutora em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ. E-mail: carlabaienses@yahoo.com.br

Antonio Carlos Ferreira Vianna | Universidade Federal Fluminense

Mestrando em Comunicação no Programa de Pós-Graduação Mídia e Cotidiano (PPGMC). Habilitação em Rádio, TV e Jornalismo e servidor federal no Ministério da Saúde. E-mail: antonio.fvianna@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a cobertura da grande imprensa sobre a criminalidade urbana, a partir de reportagens que envolvem a caçada a dois indivíduos apontados como líderes de facções criminosas na cidade do Rio de Janeiro e associados a comunidades pobres da cidade. Partimos desta perspectiva para refletir sobre as estratégias homogeneizantes (HOGGART, 1973) adotadas pelos veículos de comunicação de massa em suas narrativas cotidianas relacionadas a esta temática. Por meio das experiências vivenciadas na cidade do Rio de Janeiro, descritas pela mídia, buscaremos também discutir a definição de preconceito (HELLER, 2000), com base nas representações sociais construídas em torno dos traficantes de drogas nas estratégias discursivas

Palavras-Chave: Jornalismo; Criminalidade urbana; preconceito.

Abstract

This article aims to analyze the coverage of the mainstream media on urban crime, from reports involving the hunt for two individuals identified as leaders of criminal gangs in the city of Rio de Janeiro and associated with urban poor communities. We start this perspective to reflect on the homogenizing strategies (HOGGART, 1973) adopted by the mass communication media in their everyday narratives related to this issue. Through the experiences lived in the city of Rio de Janeiro, described by the media, we seek also discuss the prejudice setting (HELLER, 2000), based on social representations built around drug traffickers in the discursive strategies

Keywords: Journalism; urban crime; prejudice.

Introdução

A análise da cobertura midiática a respeito da chamada criminalidade urbana (MISSE, 2006), no Rio de Janeiro, revela um padrão perturbador: a centralidade da figura do traficante e sua associação com áreas pobres da cidade. Essa estrutura narrativa assumiu contornos dramáticos ao longo da década de 1990, quando criminosos concediam entrevistas coletivas, nos morros e favelas, nas quais revelavam não apenas suas versões para fatos, mas muito de sua personalidade e até de seu posicionamento político.

O destaque e a repercussão destas reportagens, dentro e fora de seus círculos de ação, dava aos criminosos uma projeção desproporcional ao seu real poder no mundo do crime, como revela a rápida recomposição hierárquica nos postos de comando logo após a morte dos líderes de facções no Rio de Janeiro. Mas, efetivamente, alimentava outra ordem de poder simbólico, criando celebridades midiáticas (BOORSTIN, 1964)¹.

A visibilidade extremada dos traficantes produziu diversos efeitos, alguns calculáveis, como exaltação ou a crítica às políticas de segurança pública e aos seus respectivos condutores. Ou a eleição de determinadas figuras do crime como inimigo número um do estado e sua posterior perseguição.

Outras consequências, no entanto, eram menos previsíveis e levaram a chamada imprensa séria e rever alguns de seus métodos². Quando se tornou consenso a ideia de que a menção ao nome dos “comandos”, por exemplo, legitimava entre os jovens a opção pela fama instantânea e efêmera do mundo do crime, esta prática caiu em desuso³. Mas isso não significou o abandono de toda a estrutura discursiva que narra a violência urbana e aponta a solução a partir da figura do traficante identificado à favela.

Na história recente do Rio de Janeiro, podemos identificar vários destes personagens. Apesar de terem ocorrido transformações na sociedade, na política de segurança pública e no próprio processo produtivo dos jornais, percebemos, ao longo das últimas duas décadas, a manutenção de um padrão narrativo que não apenas personaliza a violência na figura do traficante, mas ainda revela a centralidade da mídia na definição de prioridades públicas. A partir da cobertura midiática em torno dos episódios envolvendo dois desses personagens, pretendemos analisar as continuidades nas narrativas jornalísticas sobre os crimes de drogas e seu papel na legitimação de políticas de exclusão implantadas pelo Estado na cidade do Rio de Janeiro.

O primeiro episódio analisado será a captura do traficante Elias Maluco, preso em 2002 e condenado pela morte do jornalista Tim Lopes. O segundo é a morte de Celso Pinheiro Pimenta, conhecido como Playboy, no ano de 2015. Entre os treze anos que separam os dois eventos, pretendemos identificar as rupturas e continuidades discursivas, relacionando, ainda, como estas narrativas interagem com o cenário político e social a partir do qual são produzidas.

O lugar do narrador

Crimes e tragédias tingiram as páginas da imprensa carioca de sensações (BARBOSA, 2007) desde a primeira metade do século XX. Muitos deles se referiam a episódios ocorridos na Baixada, onde os esquadrões da morte e outros mitos, verdadeiros ou fabricados, construía a região como lugar sem lei⁴. A partir dos anos 1980, a chamada “imprensa séria” começa a deslocar o noticiário sobre crime das páginas de polícia para a editoria de cidade, fomentando um novo tipo de visibilidade da violência urbana e de relação destes episódios com seus leitores. Autores como Misse e Benevides consideram que o interesse dos jornais e da audiência por este tipo de ocorrência se relaciona ao aumento do número de casos de roubos em bairros de classe média e seu entorno. Como descreve o delegado Edgard Façanha, em matéria publicada pelo Jornal da Tarde,

O que ocorreu é que os bandidos que assaltavam na Baixada [...] passaram a atacar mansões. [...] De repente, a sucessão de assaltos começa a tomar conta dos espaços dos jornais. Como mexeu com os ricos, criou-se logo uma crise no aparelho de segurança (BENEVIDES, 1983, p. X).

A percepção da violência, segundo eles, se relaciona tanto com o aumento do número de casos de violência nos bairros de maior prestígio na cidade quanto com sua visibilidade midiática. Repórteres de grande prestígio dedicaram toda uma trajetória à cobertura da editoria de polícia, como a lendária Albeniza Garcia. Consagrada por seu trabalho em *O Dia*, com 50 anos de profissão, ganhadora de um prêmio Esso, em 1997, testemunhou um episódio singular: foi na presença dela que o empresário Rubem Medina foi libertado por Maurinho Branco, após permanecer 15 dias em poder de sequestradores, no ano de 1990⁵.

Embora seja um caso especial na história recente da imprensa brasileira, a profissional representa uma época e um modo de fazer jornalismo marcado pela proximidade, tanto da fonte, quanto do local dos acontecimentos, que por sua vez se traduziam num produto específico. Isto não significa uma total confiança entre fonte e imprensa, uma relação sempre marcada por interesses e desconfianças dos dois lados. Mas a presença do repórter in loco representava a possibilidade de ouvir mais de uma versão dos fatos.

Entre as versões, inclusive, constava a dos próprios traficantes, que mais de uma vez concederam entrevistas coletivas aos jornalistas⁶. A visibilidade destas figuras, alçadas à celebridade, no entanto, produziu efeitos de toda ordem, entre os quais aquele sobre o qual nos deteremos nesta análise: a caçada a estes marginais, considerados inimigos do Estado, e o cerco a regiões de favela.

É neste contexto que vamos apresentar o noticiário sobre a prisão do traficante Elias Maluco, em 2002, e a morte do traficante Playboy, em 2015. A comparação entre os dois episódios, que contrasta a atual política de segurança com um período em que ainda não havia Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), visa a demonstrar que, a despeito da mudança na política de segurança, não houve uma transformação no padrão narrativo que apresenta a violência a partir de criminosos midiáticos, associando-os a territórios da cidade, e legitimando a estigmatização dessas regiões.

Em relação à prisão de Elias Maluco, enfocaremos a análise dos veículos impressos no dia posterior ao evento. Foram selecionadas 11 matérias, sendo sete do jornal *O Globo* e quatro do *Jornal do Brasil*. Todas datam de 20 de setembro de 2002. Já em relação à morte de Celso Pinheiro Pimenta, para obtermos um material mais consistente, foram selecionadas todas as matérias com as palavras-chave “Playboy” e “traficante” publicadas no jornal *O Globo* no ano de 2015 até a semana episódio, que ocorreu no mês de agosto. Em uma pesquisa virtual, realizada no acervo deste jornal, foram encontradas 19 matérias, o que totaliza 30 reportagens pesquisadas para este artigo⁷.

De repórter à notícia

A intensificação dos confrontos em disputas por pontos de venda de drogas em favelas e a percepção de que a presença da imprensa atrapalhava o lucrativo comércio de cocaína na cidade tornaram cada vez mais problemática a cobertura de eventos in loco nas comunidades do Rio. Sobretudo no momento em que a maior parte do interesse jornalístico se voltava exatamente para os casos de violência envolvendo o tráfico de drogas.

Em outra pesquisa, realizada numa amostra de 120 edições dos jornais *O Globo* e *JB*, publicados entre as décadas de 1980 e 2010, pudemos observar a transformação do padrão de reportagens sobre favela. Enquanto nos anos 1980 prevalecia o enquadramento da favela a partir da carência – chegando a mais de 70% da amostra no *JB* e a quase 50% em *O Globo* – nos anos 2000 impera o enquadramento a partir da violência – ultrapassando os 90% no *Globo* e os 80% no *JB*⁸.

Neste contexto de vulnerabilidade e desconfiança, o jornalista Tim Lopes, da *TV Globo*, foi morto, em 2001, durante uma reportagem realizada na Vila Cruzeiro, comunidade localizada no Complexo da Penha, zona Norte da cidade. Reconhecido por criminosos, enquanto captava imagens de um baile funk, com uma câmera oculta, o jornalista foi torturado até a morte e teve o corpo esquartejado e queimado.

Elias Pereira da Silva, conhecido como Elias Maluco, foi apontando como autor do sequestro do jornalista Tim Lopes e acusado de ter comandado sua tortura e morte no “micro-ondas do tráfico”, nome dado ao local onde pessoas eram queimadas na Vila Cruzeiro. Através das forças policiais, o Estado realizou diversas incursões na região para capturar Elias Maluco. Foi promovida uma verdadeira caçada ao mentor da morte de Tim Lopes, que culminou com a prisão do suspeito, na favela da Grota, em 2002, 109 dias após a morte do jornalista, com um extenso acompanhamento dos veículos de comunicação.

Apesar de a presença de profissionais de comunicação ter se tornado cada vez mais rara em favelas, desde o final dos anos 1990, após a morte de Tim a distância entre o repórter e a notícia aumentou ainda mais. “Nas poucas ocasiões em que se aproximavam das favelas, invariavelmente, acompanhados de policiais, os jornalistas passaram a usar coletes à prova de balas” (FELIX, 2012, p.150).

Essa distância fica textualmente expressa no uso quase exclusivo da polícia como fonte para as reportagens sobre a prisão de Elias Maluco. Na amostra de *O Globo*, a distorção cruel desta prática se manifesta numa manchete da página 16: “Silêncio no morro, comemoração no asfalto” (SILÊNCIO, 2002, p.16). Além dos detalhes fornecidos pela polícia, a reportagem traz indícios da presença do repórter, como observações a respeito das redondezas da casa onde o criminoso se escondia, e até uma declaração desinformada de um morador. Mas o título se encarrega de descrever a distância entre morro e asfalto, insinuando uma cumplicidade silenciosa entre favela e tráfico.

A reiteração de episódios de violência e o ponto de vista policial para os acontecimentos homogeneizam não apenas o discurso a respeito do criminoso, mas também o que constrói a favela. Desta forma, a mídia fornece elementos para que os questionamentos a respeito das políticas segurança que estigmatizam e segregam as populações destas localidades sejam compreendidos como decentes e corretos pela audiência dos veículos (HOGGART, 1973, p.10).

O mesmo padrão pode ser observado na cobertura do caso Playboy, ocorrida após a implantação de diversas UPPs no Rio de Janeiro. Observamos que, no ano de sua morte, os mais variados crimes, embora em localidades distantes da cidade, eram associados a Playboy de alguma forma. A prisão ou a morte do traficante passou a ser vista como a única alternativa decente para não pôr em risco a segurança dos Jogos Olímpicos, que seriam realizados no ano seguinte. Assim, diversas forças de segurança passaram a realizar uma caçada ao traficante, algumas delas até em conjunto, como na operação que resultou no assassinato do criminoso, no Morro da Pedreira.

A principal diferença entre as duas caçadas é o fato de que a imprensa se preparou para cobrir a prisão de Elias Maluco. A notícia publicada pelo jornal *O Globo*, no mesmo dia de sua prisão, deixava claro que a captura ocorreria em pouco tempo: “Polícia deixa Elias Maluco sem comida” (COSTA, 2002, p.17). Por isso, os jornalistas já acompanhavam a operação e davam amplo destaque para as ações policiais. Já no caso de Playboy, não havia uma tendência para se concluir a proximidade de sua morte, por isso, os veículos foram pegos de surpresa com a notícia. Na tentativa de acrescentar informações à notícia, jornal *O Globo*, inclusive, divulgou um áudio disseminado pelas redes sociais no qual um policial civil descrevia como foram os momentos que precederam a morte do traficante.

Valores negociados: a transformação para o moderno na recepção da mídia

É preciso comparar as matérias pesquisadas, sobre as duas experiências cotidianas selecionadas, para tentar compreender o caráter homogeneizante, identificado por Hoggart (1973), nas narrativas midiáticas sobre políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. Hoggart (1973) se propõe a estudar a cultura popular como espaço de negociação entre antigos e novos valores. Embora considere que não devemos “superestimar a influência dos produtos da indústria cultural sobre as classes populares” (MATTELART; NEVEU, 2004, p.42), procura mostrar como esses mesmos produtos transformam as percepções de classe.

Para Hoggart (1973), existem dois valores antagônicos que estarão em permanente negociação nos indivíduos das classes trabalhadoras. Os “antigos” - como “jogo franco, entre-ajuda, olhar as coisas pelo lado bom, franqueza, não ter peneiras nem ser ambicioso, lealdade” (HOGGART, 1973, p.10) - coexistem com valores modernos mais voltados para o mercado capitalista - como orgulho, ambição, ser mais do que os vizinhos, entre outros.

Num momento de intensas transformações na vida social, política e econômica da Inglaterra, os membros das classes trabalhadoras são pressionados a modificar as atitudes antigas pelas mais modernas. Esta mudança, segundo ele, promove a passagem do “antigo sentido de grupo” para o “igualitarismo democrático moderno” e é nesta transformação que Hoggart (1973) concentra suas análises sobre os meios de comunicação de massa.

Um dos elementos fundamentais para que os valores antigos possam coexistir com os modernos é a noção de progresso. É através dele que os proletários iniciam a transformação das ideias antigas de grupo para o igualitarismo moderno e não por razões meramente materialistas.

O progresso significa, para as camadas populares, melhores condições para enfrentar as dificuldades da vida e atender as suas “necessidades brutas” de maneira menos sofrida (HOGGART, 1973). Assim, é possível conciliar os valores antigos com outros voltados para o mercado capitalista em um mesmo indivíduo. Esta brecha será explorada pelos meios de comunicação de massa. “Os colaboradores da imprensa de massas usam e abusam dos horizontes, auroras, estradas largas, movimentos irresistíveis (marchas e inundações) e homens que olham para em frente” (HOGGART, 1973, p.13).

É com base nestes ideais progressistas que podemos observar as principais semelhanças, na imprensa de massa, entre as caçadas realizadas pela polícia a Playboy e a Elias Maluco. É possível notar que atuação do poder do Estado, independente dos meios utilizados, é descrita como um avanço para subjugar o crime, personificado na figura dos traficantes e territorializado na favela.

As narrativas partem, portanto, de um pressuposto consenso de que a atuação do Estado, através das forças policiais, é um bem comum, tanto para os moradores de comunidades pobres, como para os moradores de bairros nobres. Sendo assim, é possível perceber características bem semelhantes no discurso dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* para descrever a prisão de Elias Maluco. O *Jornal do Brasil* descreve as ações, pela visão dos policiais, como produto das determinações do secretário estadual de Segurança Pública.

Elias maluco foi preso depois de um cerco de 50 horas no Complexo do Alemão. Desde terça-feira, pelo menos mil policiais civis se revezavam em operações de busca ao traficante. À 0h de ontem, uma informação passada ao Disque-Denúncia dizia que o bandido estava escondido numa casa na Rua Sebastião Carvalho, acesso à Grota (...) o secretário de Segurança Pública, Roberto Aguiar, que em 27 de agosto havia estabelecido um prazo de 30 dias para que a polícia prendesse Elias (PRISÃO..., 2002, p.C1).

Caso não houvesse uma autorreferência na matéria do jornal *O Globo*, ficaria difícil para o leitor diferenciar os dois veículos:

A captura de Elias aconteceu 48 horas após o início da Operação Sufoco da Polícia Civil, que reuniu 250 policiais por turno, e uma semana antes do prazo dado pelo secretário de Segurança Pública, Roberto Aguiar, para a prisão do traficante. Durante a operação, 14 pessoas foram presas. O Globo já havia revelado na terça-feira que Elias Maluco estava cercado, prestes a ser preso (ELIAS..., 2002, p.14).

A exaltação das ações policiais fica ainda mais evidente em *O Globo* quando o jornal reforça o embasamento legislativo para legitimar as incursões que ocorreram nas casas de alguns moradores da comunidade, mesmo os que não possuíam nenhum envolvimento com os crimes em questão: “A troca de turnos (...) foi suspensa e todas as casas começaram a ser revistadas, numa operação amparada por mandatos de busca e apreensão. A região foi cercada e moradores aconselhados a ficar dentro de casa” (ELIAS..., 2002, p.14).

As narrativas que se constroem com base em versões oficiais se proliferaram na mídia do Rio de Janeiro ao longo dos anos seguintes. O episódio da caçada a Playboy nos permite exemplificar como esta mesma característica pode ser verificada treze anos depois, quando é possível perceber a mesma tendência à exaltação das instituições do estado, bem como do sucesso em suas operações:

A PM ocupou ontem o Morro da Pedreira, Costa Barros, onde, no início da tarde, o traficante Celso Pinheiro Pimenta, o Playboy, de 33 anos, o mais procurado do Rio, foi morto pela polícia. A medida foi adotada por temor de uma reação ao tráfico. A morte do bandido aconteceu depois de uma operação coordenada pela Polícia Federal, com participação também da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) e da Coordenadoria de Inteligência da PM (BORGES; BOTTARI, 2015, p.10).

As matérias que enaltecem as versões oficiais, em detrimento à cobertura com múltiplas versões, com a opinião dos moradores destas comunidades, por exemplo, cria uma visão que tende a se estabelecer como correta e decente. Esta tendência torna homogênea a narrativa em torno de perseguições a traficantes considerados perigosos e o cerceamento de direitos de amplas populações. Neste contexto, propor uma visão diferente das narrativas jornalísticas é associado a campos semânticos como defender criminosos, proteção a atos ilícitos ou promoção da violência. Vale lembrar que o traficante Playboy foi criado na Zona Sul da cidade. Sua associação com áreas de favela, no entanto, é o mecanismo através do qual se pode enquadrá-lo no campo semântico proposto para descrever a criminalidade urbana.

Como lembra Hoggart, aderir ao discurso homogeneizador é muito mais fácil e se relaciona com a ideia de progresso da sociedade, pois todas as tensões da vida são eliminadas e os sujeitos acabam por concordar com a maioria (HOGGART, 1973, p.43).

Deste modo, fica estabelecida a falta de contradição nas matérias jornalísticas, que se reduzem a um modelo padrão para defender um ponto de vista homogêneo. O fato pode ser exemplificado com as matérias coletadas para este artigo. Para justificar as caçadas policiais, é preciso que os veículos apresentem fatos monstruosos praticados previamente por estes traficantes. Em reportagem publicada em *O Globo*, “Elias Maluco tinha uma função estratégica para

o CV. Violento e cruel, ele atuaria como um executor dos rivais...” (GOLPE..., 2002, p.20). Já no *Jornal do Brasil*, “Elias Maluco começou a ser investigado em março passado, antes da morte de Tim, pelo perfil truculento e por ser responsável no CV pelos bondes, comboios de traficantes que agiam pela cidade” (O CV..., 2002, p.C4).

Embora não seja possível estabelecer um consenso de qual seria a verdadeira atribuição de Elias Maluco em sua facção criminosa, através das leituras destas narrativas jornalísticas apresentadas, tanto *O Globo* como o *Jornal do Brasil* cumprem, fidedignamente, o papel de justificar tamanha mobilização do poder do estado para capturar um indivíduo que estava em desacordo com a lei. Os sentimentos que a mídia compreende como “decente” alcançam seus leitores e, segundo Hoggart (1973), tornam-se comum a todos.

O caso de Playboy não foge à regra. Em “Bandido tinha pelo menos 16 mandatos de prisão” (BANDIDO..., 2015, p.10), *O Globo* comenta sua participação em uma quadrilha que “durante anos aterrorizou moradores do Rio de Janeiro”. Em seguida, a mesma matéria narra uma trajetória que procurava apresentar Playboy como um risco para o público leitor, com ênfase em atitudes audaciosas que desafiariam a segurança da cidade: “sua quadrilha também estaria por trás da invasão da vila olímpica de Honório Gurgel” e “Playboy também é acusado de invadir um depósito do Detro e roubar 193 motos no dia 31 de dezembro de 2014, na Fazenda Botafogo, Zona Norte”.

Além da ideia de progresso, há ainda outra razão que contribui para a compreensão homogênea dos discursos midiáticos. Imbuído por um virtual ideal igualitário das democracias ocidentais do mundo capitalista contemporâneo, as narrativas desconstruem as diferentes concepções de mundo, como se ao impingir uma versão dominante sobre os fatos eliminasse as diferenças de classes (HOGGART, 1973, p.22). Neste contexto, é possível compreender o fato de o público leitor manifestar apoio ao poder do Estado na prática de atitudes repressivas e violentas em favelas cariocas.

Das semelhanças às diferenças: a inibição da imaginação criadora

Após destacarmos as semelhanças entre a cobertura das duas caçadas, que personificam a violência na figura do traficante e constroem sua narrativa do ponto de vista policial, é preciso demarcar também algumas diferenças entre elas. Embora os dois personagens principais – Playboy e Elias Maluco - estivessem foragidos e fossem apontados como líderes de facções criminosas, é possível perceber uma diferença semântica na descrição de suas ações. Ainda que ambas estejam ancoradas em expor justificativas para a atuação do poder do Estado nas favelas, com a legitimação das ações policiais como uma suposta resposta à violência na cidade, nota-se uma demarcação de classes sociais na construção dos perfis destas duas lideranças do comércio varejista de entorpecentes.

Para melhor compreendermos esta diferença, vamos discutir como são formados, nas interações cotidianas, o que Heller (2000) chamou de “juízos provisorios”. Estes juízos são valores que trazem algumas visões de mundo implícitas e hierarquicamente determinadas, ou seja, tentam antecipar uma verdade futura.

Esta antecipação de verdade não se utiliza da razão e nem de métodos científicos. Desta forma, estes “juízos provisórios” se baseiam em conceitos prévios que podem não vir a ser comprovados (Idem). A partir deste pressuposto, procuramos identificar características de “juízos provisórios” nas representações discursivas que descreveram as caçadas policiais a estes dois traficantes.

De acordo com Heller (2000), alguns destes valores tendem a se cristalizar a tal ponto que o sujeito não é mais capaz de abandoná-los. A reprodução deste processo faz com que estes valores se tornem coletivos e comecem a fazer parte do contexto histórico no qual o sujeito está inserido. Estes juízos passam, então, a ser normalizados pelo cotidiano.

Quando os juízos provisórios, inseridos no contexto histórico, estiverem tão cristalizados a ponto de não permitirem mais a possibilidade de refutá-los, nem com o uso da razão ou de métodos científicos, estes valores se transformam em preconceito (HELLER, 2000). Para a autora, o preconceito é uma condição hierárquica previamente dada que se estabelece nas interações cotidianas, mas também pode funcionar como um estímulo à autonomia, com a criação de espaços de superação que possibilitem, no futuro, condições de transformação social.

Com relação às caçadas discutidas neste artigo, sugerimos que o preconceito se manifesta nas narrativas jornalísticas devido às origens de classes sociais dos traficantes em questão. Enquanto Elias Maluco construiu raízes em favelas e comunidades pobres, Playboy era um jovem de classe média, que estudava em colégios particulares, até passar a integrar uma quadrilha que assaltava residências. Foi preso, fez aliados na prisão e passou a exercer liderança em uma das facções criminosas mais importantes do Rio de Janeiro. Partindo de juízos coletivos e hierárquicos, que pressupõem jovens de classe média como pessoas articuladas e inteligentes, os jornalistas passam a construir o perfil de Playboy como um traficante com capacidade de elaborar ações criminosas estratégicas e audaciosas.

Nas matérias coletadas para este artigo, observa-se que são atribuídas a Playboy ações que requerem perspicácia e inteligência. Seu nome aparece nas narrativas relacionado aos seguintes crimes: tráfico internacional de armas, roubo de caminhões de cargas e assaltos a shoppings centers, entre outros. Ao contrário de Elias Maluco, cujas narrativas de crimes bárbaros pareciam se concentrar no Complexo do Alemão, as matérias de Playboy sugerem um amplo poder de atuação, cujos tentáculos são capazes de se estender a todas as regiões da cidade do Rio de Janeiro. Das 19 reportagens analisadas neste artigo, o nome de Playboy é relacionado a crimes que ocorreram na Zona Norte em 13 reportagens, enquanto quatro matérias se passam na região central da cidade e outra na Zona Oeste. O poder estratégico atribuído a Playboy é ainda capaz de atingir os moradores da Zona Sul, onde estão os imóveis mais valorizados do Rio de Janeiro: “A Polícia Civil já sabe do envolvimento do traficante Celso Pinheiro Pimenta, o Playboy, chefe do tráfico no Morro da Pedreira, em Costa Barros, nos sequestros-relâmpago que ocorreram em shoppings das zonas Sul e Oeste” (PLAYBOY..., 2015, p.10).

Por outro lado, propomos que as ações atribuídas a Elias Pereira da Silva, no *Jornal do Brasil* e em *O Globo*, partem de juízos que remetem a um jovem favelado, de origem pobre e que não estudou em escolas particulares, com uma incapacidade prévia em planejar ações inteligentes e estratégicas. Neste caso, sua audácia em desafiar o poder do Estado só pode se concretizar por meio de ações violentas, o que o faz ser descrito como um bandido com “perfil truculento” (O CV..., 2002, p.C4). A partir de então, os veículos se concentram em descrever detalhes brutais dos assassinatos que teriam sido cometidos por Elias, com amplo destaque ao do jornalista Tim Lopes. A alcunha “Maluco”, que acompanha seu nome, reforça a ideia de um criminoso irracional e violento.

No dia posterior a prisão, *O Globo* destacou o depoimento de Elias Maluco para três juízes criminais. Na reportagem, a narrativa utiliza um tom irônico para realçar, não somente que seriam verdadeiras as acusações imputadas a ele, como também sua pouca capacidade de raciocínio em elaborar versões que pudessem sustentar sua defesa.

Para os três juízes, Elias disse que é pintor de automóveis. Antes de depor, ele ficou dez minutos sozinho conversando com o advogado Paulo Roberto Cuzzuol. Ele afirmou não ter apelido e não pertencer a nenhuma quadrilha de traficantes, apesar de já ter sido preso por tráfico. Elias disse que vive com uma mulher em Vigário Geral, numa casa alugada, mas não soube dizer de quem. Ele afirmou trabalhar numa oficina clandestina, cujo endereço também não soube precisar. O traficante contou que não frequenta o Complexo do Alemão e que passou a ir lá há 5 meses, quando arrumou uma namorada no local. Ele disse não entender por que está sendo acusado e falou que está há sete meses sem trabalho. Elias sobreviveu, segundo seu depoimento, fazendo biscate, mas não soube precisar para quem, onde, nem quando, nem em quê. (...) Cercado por 20 policiais, o traficante disse ao juiz que estava viajando no dia do assassinato de Tim, mas quando perguntado para onde, respondeu que o seu advogado, Paulo Roberto Cuzzuol, é quem poderia dizer (DIANTE..., 2002, p.14).

Percebe-se que a narrativa parece debochar do poder de argumentação de Elias Maluco, já que os valores dados previamente pela sociedade pressupõem que a classe social a que o traficante pertence não o torna capaz de articular respostas bem elaboradas. *O Globo* ainda reforça tal visão com a descrição de atitudes violentas: “Violento e cruel, ele atuaria como um executor dos rivais, o braço armado e mais perigoso da facção” (GOLPE..., 2002, p.20).

Considerações finais

Apesar de definir o preconceito como um conjunto de juízos provisórios que estão cristalizados em determinado contexto histórico, Heller (2000) acredita que as interações cotidianas são capazes de proporcionar espaços de superação. Ao analisarmos a maneira como a figura do traficante varejista de drogas é apropriada pela grande imprensa, vemos como as narrativas jornalísticas reduzem as possibilidades de se criarem esses espaços de superação, já que reiteram preconceitos e legitimam a exclusão.

Afastados da vivência e da experiência dos fatos, os jornalistas acabam reproduzindo os juízos provisórios hierarquicamente determinados, situação que resulta na inibição da práxis e da imaginação criadora. Assim, a perseguição a indivíduos considerados como inimigos do estado, associados a favelas, são justificadas pelos jornais a partir de narrativas que endereçam exclusivamente a responsabilidade pela violência a estes traficantes.

A aproximação com um discurso que se fundamenta somente em fontes oficiais torna as reportagens cada vez mais homogêneas e consensuais. O resultado é a legitimação da atuação das forças policiais, que passam a ser vistas como um bem comum para todas as classes sociais, ainda que sua ação se restrinja a territórios pobres, os únicos identificados com o tráfico. A noção de progresso, associada à incursão em favela e à captura de traficantes pelo Estado, é apresentada como única alternativa decente para garantir a segurança na cidade do Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Violência, povo e polícia*. Violência no noticiário da imprensa. São Paulo: Brasilienses, 1983.

BOORSTIN, Daniel. *The Image: A guide to Pseudo-events in America*. New York: Harper Colophon, 1964.

FELIX, Carla Baiense. *Territórios Proibidos: a representação da favela no noticiário e seus efeitos sociais*. 2012. 242 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura)-Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. 6ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura 2: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Tradução Maria do Carmo Cary. Lisboa: Presença, 1973.

MATTELART, Armand & NEVEU, Érik. *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Ed. Parábola, 2004.

MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*. Estudos de Sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2006.

Reportagens

BORGES, Waleska; BOTTARI, Elenice. Playboy é morto durante operação na Pedreira. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 ago. 2015. Rio, p.10.

_____. Bandido tinha pelo menos 16 mandatos de prisão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 ago. 2015. Rio, p.10.

COSTA, Ana Cláudia. Polícia deixa Elias Maluco sem comida. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 set. 2002. Rio, p.17.

DIANTE do juiz, protestos de inocência. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 set. 2002. Rio, p. 14.

ELIAS Maluco perdeu. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 set. 2002. Rio, p. 14.

GOLPE no poder do Comando Vermelho. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 set. 2002. Rio, p. 20.

O CV está desmontado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 set. 2002. Cidade, p. C4.

PLAYBOY estaria envolvido em crimes em shoppings. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 mar. 2015. Rio, p. 10.

PRISÃO encerra cerco de 50 horas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 set. 2002. Cidade, p. C1.

SILÊNCIO no morro, comemoração no asfalto. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 set. 2002. Rio, p. 16.

Notas

1. Embora o conceito original se refira a uma concepção tautológica, segundo a qual alguém se torna conhecido por ser conhecido, não oferecendo nenhum feito extraordinário para obter tal nível de reconhecimento, consideramos que é possível pensar a superexposição do traficante a partir do conceito de celebridade, na medida em que se torna notório para uma ampla audiência a partir do momento que ganha destaque na imprensa e não o contrário.
2. Outro destes efeitos, nem tão imprevisível, embora logicamente não intencional, era a valorização da vida – ou da morte – dos traficantes junto aos seus algozes. Ventura (1994) relata na sua entrevista com Flávio Negão, traficante que comandava os pontos de venda em Vigário Geral à época da chacina de 1993, o que poderia significar a superexposição midiática para um traficante. Num dos trechos, Negão diz: “Pô, se eles me pegarem eu não valho nada, eles vão me quebrar, porque eu já tou cheio de fama” (VENTURA, op. Cit, 191), referindo-se à prática policial de sequestrar traficantes para extorquir dinheiro do bando. Na lógica deste negócio ilícito, o criminoso já adquiriu tanta notoriedade na mídia que já não tinha valor de barganha, teria que ser morto pela polícia.
3. Esta percepção está de acordo com a leitura da Escola de Chicago, segunda a qual a anomia, que caracterizava a sociedade dos anos 1990, estreitava os horizontes e as possibilidades de ascensão social da população pobre. O mundo do crime, principalmente para uma juventude sem perspectivas, representava uma rota alternativa, embora ilegítima, para ascensão, ainda que num nível local. Neste sentido, as reportagens sobre os feitos espetaculares das facções criminosas ampliavam esta possível identificação entre os jovens e o mundo do crime.
4. Para um estudo detalhado das representações da Baixada Fluminense na imprensa carioca a partir dos anos 1950, ENNE, Ana Lucia Silva. “Lugar, meu amigo, é minha Baixada”: Memória, Representações Sociais e Identidades. Tese de doutoramento em Antropologia Social. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2002.

5. Além de representar uma segurança para a rendição de criminosos, a presença da imprensa, na figura de Albeniza, tinha um sentido especial: diz-se que ela subia o morro para negociar com os bandidos quando a polícia não conseguia fazê-lo.
6. Depois de dar uma entrevista coletiva a três repórteres dos mais importantes jornais do Rio - *O Globo*, *JB* e *O Dia* -, no morro Dona Marta, em 1996, o traficante Marcio Amaro de Oliveira, o Marcinho VP, foi eleito prioridade número um do Governador Marcelo Allencar. Preso sucessivas vezes e condenado por vários crimes, ganhou biografia do jornalista Caco Barcellos e acabou morto, em 2003, em Bangu III, por companheiros de detenção.
7. Cabe ressaltar que, a partir do ano de 2010, o *Jornal do Brasil* encerrou suas edições impressas e passou a ser publicado exclusivamente no âmbito virtual. Por este motivo, optamos por utilizar apenas o jornal *O Globo*.
8. Para ver a pesquisa completa, com resultados consolidados por ano e década, consulte (FELIX, 2012).